

A sedução, no trabalho sobre provérbios que ora vou apresentar, será vista como uma manobra discursiva que fomenta a submissão de forma estratégica e ardilosa. Explico: o discurso proverbial domina os homens com a força de um encantamento mágico, deixando-lhes, via de regra, à mercê de suas "verdades incontestáveis".

Nessa acepção, aproxima-se de "fascinar", que significa originalmente "amarrar", "atar", "prender" e "assujeitar", sentidos úteis e convenientes para mim, haja vista minha filiação à A. D. francesa que concebe o sujeito não como um ser autônomo, plenamente consciente, fonte absoluta do sentido, mas como um sujeito assujeitado ou interpe-lado pela ideologia.

Seduzir, então, é proceder lingüisticamente de forma a garantir um poder sobre o objeto da sedução, colocando-o a serviço das finalidades do sedutor. É isso exatamente que se evidencia no discurso proverbial. Há um poder que se instaura não pela força, mas pela estratégia da palavra, subjugando os homens e os fazendo agir de acordo com aquilo que é estabelecido como "certo" e como "verdade".

Os provérbios consistem em asserções sobre regularidades estruturantes do mundo. As informações por eles veiculadas persistem e não são invalidadas por contra-exemplos. Possuem o estatuto de compatibilidade com o real e de exatidão.

---

Dessa forma, o comportamento do sujeito é, de forma imperativa, normatizado e estandardizado de acordo com o princípio da temperança que, segregando as paixões, privilegia a sobriedade, o comedimento e a parcimônia. Tudo gira em torno da moderação e do autocontrole, contribuindo para o desenvolvimento do conformismo e para o estabelecimento de uma homogeneização da conduta social. É, pois, uma das obras (ou manobras)-primas do poder para propagar a submissão.

Essa coerção se estabelece para inibir as tendências naturais do ser humano, as quais, caso emergissem, poderiam abalar a estrutura hegemônica da sociedade.

Trata-se de duas forças antagônicas: a da censura e a do desejo. Tais forças encontram-se materializadas no discurso proverbial e no discurso humorístico de alterações proverbiais. Dessa forma, procurei compreender os processos de significação instaurados num e noutro discurso, considerando-os espaços de embate entre as duas forças do inconsciente: a da censura, que domina o desejo e o recalca através dos mecanismos ideológicos de poder, e a do desejo, que não cabe nos códigos, que permanece à margem, mas que é capaz de subverter a nossa experiência com o inusitado.

Então, nessa tentativa de compreender o funcionamento de tais discursos, parti da análise intradiscursiva onde se revelam as marcas lingüísticas, denotadoras da negação discursiva<sup>1</sup> que põem em relevo enunciados contraditórios, veiculadores de posições de sujeito diferenciadas, para chegar ao nível interdiscursivo, lugar dos pré-construídos, daquilo que pode e deve ser dito numa dada formação discursiva (FD).

Se, por um lado, cada FD determina o que pode e deve ser dito, por outro, rejeita enunciados que lhe são antagônicos, estabelecendo contraditoriamente o que não pode nem deve ser dito.

Esse lugar proibido, lugar dos enunciados rejeitados é a contrapartida dos provérbios, ou seja, os provérbios que visam regular o com-

---

<sup>1</sup> A questão sobre negação discursiva será tratada a seguir

---

portamento humano existem, porque também existem enunciados (pressupostos) que lhes são contrários.

Dessa forma, ao dizermos, por exemplo, "A pobreza não é um vício"<sup>2</sup> é porque existe um contrário (A pobreza é um vício). Ducrot<sup>3</sup> apresenta uma idéia similar ao tratar da negação argumentativa. Sustenta que a maior parte dos enunciados negativos revela um choque entre duas atitudes antagônicas, uma positiva, imputada a um enunciador  $E_1$ , e outra que é a recusa da primeira, imputada a  $E_2$ .

Isso se deve a uma lei de discurso geral, segundo a qual, toda vez que dizemos algo, opomo-nos a alguém que pensava o contrário, lei que também se aplica a enunciados positivos.

Essas vozes antagônicas constituem o sujeito dividido. Em termos psicanalíticos, trata-se da clivagem do sujeito a que se referem Freud e Lacan. Diz respeito à coexistência de dois sujeitos que falam simultaneamente linguagens diferentes: o sujeito do enunciado ou do consciente e o sujeito da enunciação ou do inconsciente. O primeiro fala a linguagem do processo secundário ou do significado e se pauta pelo princípio da realidade; o segundo fala a linguagem do processo primário ou do significante que visa predominantemente à realização dos desejos e se pauta pelo princípio do prazer.

Tal linguagem não pode ser expressa livremente em virtude da ação da censura que procura reprimir os desejos proibidos e, por isso, recalçados do inconsciente. Entretanto, precisa se manifestar de alguma forma para aliviar a tensão e a angústia geradas por esse fato. Daí ocorrer nos interstícios da primeira, exprimindo-se através das formações do inconsciente: sonhos, atos falhos, lapsos, sintomas.

Neste trabalho, procurei, nos interstícios da linguagem do processo secundário, o atestado da presença do processo primário, o do desejo, que move toda pessoa. Parti, pois, da idéia de que o provérbio opõe-se a um enunciado virtual que lhe é antagônico. Esse enunciado

---

<sup>2</sup> Esse exemplo é de Meleuc (1969, p. 83), que o emprega ao tratar da transformação negativa. Seu trabalho situa-se no âmbito gerativista, diferindo substancialmente da perspectiva aqui assumida. Todavia, o exemplo é útil e válido para elucidar a afirmativa acima. Cf. MELEUC, Serge. *Structure de la maxime*. *Langages*. Paris, n. 13, p. 69-99, mars, 1969.

<sup>3</sup> DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

---

virtual, para nós e neste caso, é o enunciado do desejo, a voz recalçada do inconsciente, a qual o provérbio visa bloquear, impedindo a sua emergência.

O sujeito, ao proferir um provérbio, não se identifica com o enunciado do desejo (ED), mas sim com o enunciado da censura (EC). Já em grande parte das alterações tem-se o contrário: a identificação ocorre com o enunciado do desejo.

Em outros termos, não podemos enunciar um discurso proverbial (DP), sem enunciarmos o seu contraditório, que, para efeitos de análise, foi artificialmente formulado. É o que chamamos discurso contraditório (DC).

Assim, a todo provérbio corresponderia, antagonicamente, uma tendência natural do ser humano, de caráter pulsional<sup>4</sup>, não compatível com a vida em sociedade, a qual o provérbio deve disciplinar, evitando a sua atualização:

$$\frac{DC}{DP} = \frac{ED}{EC} = \frac{\text{Desejo}}{\text{Censura}} = \frac{\text{tendência natural (porque pulsional)}}{\text{tendência sócio-cultural (porque partilhada pelos membros da sociedade)}}$$

Esse comportamento anti-social equivale ao conteúdo recalçado do inconsciente, que, por sua vez, é o representante das pulsões. Se é o representante das pulsões (aquele que representa), é simbólico (está no lugar de) e se é simbólico, aparece metonimizado ou metaforizado.

O mesmo processo simbólico ocorreria com os provérbios, só que, nesse caso, teríamos uma tomada de consciência, uma vez que a relação entre representante e representado é mediatizada pela palavra.

Teríamos aquilo que Freud chama de representações de palavras, relativas ao pré-consciente-consciente em oposição às represen-

---

<sup>4</sup> "Pulsão", segundo Laplanche e Pontalis (1992), significa genericamente uma força interior, uma energia psíquica e não física que ataca o organismo e o impele a realizar certas ações suscetíveis de provocarem uma descarga de excitação. O objeto do instinto é fixo e está no mundo externo. Já o da pulsão é uma marca e está no inconsciente. LAPLANCHE e PONTALIS. Vocabulário de psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

---

tações de coisas, relativas ao inconsciente. As representações de palavras são introduzidas numa concepção que liga a verbalização e a tomada de consciência. São sonoras e estão numa relação mediata com a coisa, ao passo que as representações das coisas são essencialmente virtuais e unem-se analogicamente à coisa que representam, estando numa relação imediata com ela.

O provérbio, na medida em que utiliza a representação de palavras, reflete uma tomada de consciência do conteúdo recalcado, remetendo, pois, ao enunciado contraditório. Todavia, esse enunciado contraditório, mesmo quando materialmente presente, emergindo ao nível da consciência - às vezes está na apódose do provérbio - é desqualificado através de mecanismos discursivos.

Assim, o provérbio se estrutura sobre dois processos: um de apagamento do desejar ser do conteúdo recalcado (referente ao mundo interior que se satisfaz com a ilusão fantasmagórica ou fantasística das imagens); outro de destaque e permanência do dever ser (referente ao mundo exterior do sujeito que se funda na realidade).

Ora, o provérbio é uma das formas de materialização lingüística do poder que rege as relações sociais, e esse poder precisa e quer se perpetuar, pois, caso as tendências naturais (pulsões) assomassem à consciência, poderiam abalar as relações hegemônicas da sociedade.

Essas relações hegemônicas - relações de poder que subsumem os sujeitos, para serem preservadas precisam penetrar no inconsciente, onde o que há são predominantemente representações de coisas.

Para tanto, o poder utiliza a própria linguagem do inconsciente, analógica por essência e, conseqüentemente, motivada, não arbitrária, buscando estabelecer um pseudo-imediatismo, um pseudo-analogismo entre representante e representado. Por isso, na maioria das vezes, o provérbio é figurado, por isso apresenta o binarismo rítmico que, subrepticamente, remete para a disciplina, o equilíbrio e a racionalidade, por isso preserva a ordem conceptual e, por extensão, social, por isso assujeita o sujeito.

---

Essa tentativa de fusão da linguagem do poder com a linguagem do desejo, ou melhor, de identidade, confere à fala proverbial uma força persuasiva e poderíamos dizer até mesmo mítica e mística, insuperável. Em outras palavras, o poder se faz amar, faz-se desejar e, ao se fazer objeto de amor e de desejo, equaliza as tendências do inconsciente, estabelecendo a lógica da submissão.

Assim como a equalização em eletrônica reduz a distorção de um sinal por meio de circuitos que compensam as deformações, reforçando a intensidade de algumas frequências e diminuindo a de outras, o poder, ao usar a linguagem do inconsciente, mascarando-se dos elementos do desejo, visa abreviar o desequilíbrio ou descompasso entre o desejo e a censura, instaurando um processo de sedução extremamente eficaz.

Pelo exposto, fica evidenciado que o provérbio é aqui concebido como a negação de um certo enunciado do sujeito (o enunciado do desejo), relativo a uma pulsão recalçada do inconsciente. É o enunciado normatizador do pressuposto que lhe é contrário, o enunciado da censura.

Defendo aqui a idéia de que todo provérbio apresenta uma oposição interna, intradiscursiva, entre elementos que se encontram materializados e contrapostos através de diferentes processos lingüísticos de negação discursiva, os quais põem na balança conclusões que apontam interdiscursivamente para enunciados inversos: um, em direção ao desejo; o outro, em direção à censura.

Por outro lado, as alterações, jogando com quase os mesmos elementos da superfície discursiva dos provérbios-fonte, parecem, em sua generalidade, remeter para o discurso do desejo. No entanto, a negação do discurso da censura é consubstanciada mediante outros mecanismos lingüísticos.

Para demonstrar como isso ocorre, apresento a seguir a análise de um provérbio (DP: discurso proverbial) e de sua alteração (DA: discurso da alteração), feita pelo humorista gaúcho Barão de Itararé:

---

DP → Um dia é da caça, o outro do caçador. (Dicionário de Magalhães Júnior)<sup>5</sup>

DA → Uns dias são da caça, os outros da caça são. (Almanhaque para 1949)<sup>6</sup>

No nível da formulação, A (um dia é da caça) e B (o outro do caçador) articulam-se contrastivamente mediante a pausa e a oposição um/outro, elementos que apontam para posições de sujeito diferenciadas.

Neste caso, a pausa estabelece tradicionalmente a classificação de tais seqüências como orações coordenadas assindéticas, estruturalmente independentes, isto é, uma não exercendo função sintática em relação a outra. Em termos gerativos, não há encaixe de uma oração em lugar dos elementos de outra, como na subordinação.

Todavia, mesmo sendo estruturalmente independentes, o fato de estarem combinadas num mesmo período faz com que se estabeleça um vínculo semântico entre elas. Assim, não se pode afirmar que sejam independentes entre si, uma vez que só existe coordenação quanto à forma, não quanto ao significado. Há, então, independência sintática, mas não semântica, mesmo que essa construção apresente um processo de encadeamento de valores sintáticos idênticos caracterizando uma simetria ou paralelismo de construção. Para mim, essa seqüencialidade assindética é um caso de nexos implícito de caráter contrastivo.

Concebendo tal relação interseqüencial na perspectiva aqui proposta, a coordenação pode também funcionar como um mecanismo intradiscursivo de negação de um outro discurso, desde que seja possível estabelecer uma relação entre dependência de ordem semântica e posições de sujeito diferenciadas. É o que acontece com as seqüências A e B desse provérbio, não só através da pausa como também através da oposição estabelecida entre um X outro.

A conexão entre A e B que, no caso, dá-se independentemente da presença explícita de um conector, poderia sugerir a presença im-

---

<sup>5</sup> MAGALHÃES Jr., R. Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos. Rio de Janeiro: Documentário, 1974.

<sup>6</sup> BARÃO DE ITARARÉ. Almanhaque para 1949. São Paulo: Studioma, 1991.

---

plícita do conector e que aliará ao seu valor aditivo específico um valor comparativo:

Um dia é da caça (e) outro do caçador.

Um dia é da caça (bem como) o outro é do caçador.

Dessa forma, os valores comparados possuiriam o mesmo estatuto semântico-discursivo. Todavia, em qualquer construção comparativa nunca há uma relação de simetria, uma vez que a relação é sempre orientada numa determinada direção. Os termos implicados, o comparante e o comparado, num procedimento discursivo similar ao mas aqui adotado para efeito de análise, também estabelecem uma espécie de hierarquia semântica. Além disso, as construções comparativas junto com as adversativas e as concessivas fazem parte semanticamente do grupo das construções contrastivas.

Tem-se, então:

A = Um dia é da caça

B = (mas) o outro do caçador.

Estabelece-se a primazia de B que aponta para o enunciado da censura em detrimento de A que aponta para o enunciado do desejo. A função da pausa e da oposição um X outro é introduzir uma seqüência que orienta para uma posição de sujeito oposta à conclusão para a qual a seqüência anterior poderia conduzir.

Em termos de pressupostos, tem-se:

A = (se) um dia é da caça (o outro não é) ->  $\sim$ X = triunfo do dominado

B = (se) o outro é do caçador (um não é) -> X = triunfo do dominador.

Percebe-se que, nas duas seqüências, uma implica a existência de outra e a negação está implexa na própria constituição intradiscursiva de DP.



---

Assim, quando se diz *Um dia é da caça, o outro do caçador*, refuta-se de certa maneira A, tendo em vista que a orientação discursiva é outra. Admite-se, pois, que os elementos contrapostos um X outro e a pausa remetem para um diálogo interdiscursivo entre duas posições de sujeito antagônicas. Em outros termos, dizendo um... [pausa] representa-se uma enunciação virtual de B que se opõe a esta enunciação e, dizendo [pausa] outro... representa-se uma enunciação virtual de A que se opõe a esta enunciação, com o privilégio de B em função da desqualificação operada por esses elementos. Dessa forma, a seqüência A remete à conclusão ~X, relativa ao enunciado do desejo e a seqüência B aponta para a conclusão X, relativa ao enunciado da censura.

Aqui, novamente é atestada a alteridade constitutiva do discurso proverbial. Através dela, o sujeito universal impõe uma atitude de sujeição, na medida em que incita o conformismo, a aceitação do fato de nem sempre sermos vencedores.

DA: *Uns dias são da caça, os outros da caça são.*

Observa-se que há aparentemente grande similaridade entre DA e DP no nível da formulação, o que poderia sugerir um mesmo movimento discursivo, isto é, os dois direcionar-se-iam ao enunciado da censura.

As modificações que ocorrem são: acréscimo da marca de pluralidade e o surgimento de um novo item lexical pelo apagamento dos limites morfológicos estabelecido pela juntura externa, decorrente da inversão da ordem dos elementos apresentados na primeira seqüência (caça são).

A repetição do item lexical caça remete ao enunciado do desejo e também apaga no intradiscurso o contraste que resultaria do emprego de "uns X outros" e da pausa, elementos lingüísticos que atestam o predomínio do enunciado da censura em DP. Há uma transgressão lingüística e essa transgressão imputaria ao DA a absorção do enunciado do desejo e a refutação da censura, direcionando-o para ~X (triunfo do dominado). Entretanto, o processo de refutação de DP também é contraditório, uma vez que a juntura externa, ao fazer surgir o novo item lexical, possibilita um outro efeito de sentido: todos os dias são da caça

---

são, isto é, nunca são da caça, o que revela a apreensão do processo de interpelação ideológica.

Pode-se dizer que, pelo efeito fônico, instaura-se o processo polisêmico, no sentido que Orlandi o emprega ao opô-lo ao parafrástico. Há a tematização do deslocamento daquilo que está sedimentado, institucionalizado em DP. O processo parafrástico que poderia ser estabelecido pela recorrência dos traços lingüísticos no intradiscorso de DA é rompido e instaura-se o processo de reformulação, da polissemia.

Nesse espaço polissêmico, situa-se o humor que joga paradoxalmente com o desvelamento da força do discurso do dominador, da censura e com a impossibilidade de manifestação do discurso do desejo. Intradiscursivamente, DA remete para a anulação total da censura e para a explicitação do enunciado do desejo, ao mesmo tempo que, no nível fônico, demonstra a eficácia do poder do enunciado da censura que apaga a possibilidade da consolidação do enunciado do desejo. Esse efeito é conseguido através do processo de nominalização do ato de caçar (cassação/caça) que pode remeter, ou para a ação ou para o resultado dela.

O processo de nominalização, que recobre nomes deverbais ou morfologicamente associados a verbos, neutraliza diferentes marcas verbais: pessoa, número, tempo, etc., e aí surgem ambigüidades e indeterminações. Assim, os itens lexicais em jogo colocam, na cena discursiva, pelo menos dois diferentes e antagônicos efeitos de sentido.

Portanto, apesar da aparente homogeneidade de DA, no sentido de remeter direta e univocamente para o enunciado do desejo, o processo de nominalização decorrente da juntura externa faz irromper o discurso outro, marcando a presença do heterogêneo. Assim, em DA, os dois enunciados antagônicos são apresentados, o do desejo e o da censura. Entretanto, o efeito de sentido predominante não é o de privilegiar o enunciado do desejo, mas sim o de constatar a impossibilidade de sua realização.

Pretendi, através da análise da DP, mostrar que, sob os discursos ditos legitimados, institucionalizados, cujo efeito de sentido parece ser um, na realidade, encontra-se um outro que a ele se contrapõe, mas

---

paradoxalmente o constitui: o desejo. Ele está inscrito na própria seqüencialidade discursiva e é possível resgatá-lo através dos próprios operadores gramaticais empregados pela censura que, ao marcarem a forma materialmente lingüística dos pré-construídos<sup>7</sup>, que limitam e determinam o sujeito, permitem também acessar a esse discurso proibido, que não deve vir à tona, porque se pauta pelo prazer e pela liberdade.

Tentei mostrar também que DA retoma o discurso proverbial e o rejeita simultaneamente. O efeito de sentido provocado pelos mecanismos discursivos do provérbio é desvirtuado através dos desvios operados no intradiscurso das alterações, provocando um novo efeito de sentido que joga com o absurdo e a imprevisibilidade. Essa imprevisibilidade deve ser vista aqui como a irrupção de elementos que não são esperados (aquilo que não deve ser dito) num discurso cuja função é classificar comportamentos e comunicar algo de consenso, o proverbial. Tais elementos constroem uma realidade estranha e inusitada, desmontam o jogo proverbial e o rearranjam numa combinação absurda. Subjacente a essa combinação absurda, encontra-se o processo de rebeldia, oriundo do desejo incontido do inconsciente que aí se extravasa. Em suma, o discurso das alterações, por apresentar desvios das formas canônicas do discurso proverbial, introduz o diferente. Esse diferente causa a imprevisibilidade que, por sua vez, estabelece a ruptura com o mesmo de DP, desmistificando-o.

Assim, enquanto no discurso proverbial a repetibilidade, característica do processo parafrástico e que se situa no nível do interdiscurso, incide na horizontalidade da cadeia significante, servindo-se de diferentes mecanismos lingüísticos que provocam como efeito de sentido a sujeição e a temperança, no discurso das alterações, a reformulação, característica do processo polissêmico e que também se situa no nível do interdiscurso, incide na horizontalidade da cadeia significante, rompendo-a e instaurando o efeito de sentido humorístico.

---

<sup>7</sup> Esse termo foi introduzido por P. Henry (1975) para designar uma construção anterior, exterior, independente, por oposição àquela que é construída na enunciação. O pré-construído remete às evidências através das quais o sujeito mostra os objetos de seu discurso: "aquilo que todos dizem" e simultaneamente "aquilo que todos podem ver". HENRY, Paul. *Constructions relatives et articulations discursives*. *Langages*. Paris, n. 37, p. 81-93, mars, 1975.

---

O sujeito do humor, dessa forma, liberta-se da sedução exercida pelo poder no discurso proverbial ou, pelo menos, desvela a trama a que está exposto. Sua rebeldia que se consubstancia na desconstrução ou deslocamento dos sentidos dos provérbios, alterando a sua direção, é possibilitada pelo fato de que o espaço dos enunciados lingüísticos é um espaço aberto. É nesse espaço aberto que se situa o equívoco, a ambigüidade, o humor<sup>8</sup>.

Assim, mesmo que o poder busque obturar esse espaço, procurando estabelecer o sentido numa só direção, o humor irrompe no mundo higienizado e homogêneo dos provérbios, situando-se exatamente nos pontos de deriva dos enunciados (suspende um sentido e faz entrar outro, inesperado e surpreendente), terreno dos deslocamentos e das rupturas do sentido, terreno que escapa ao poder.

Aí se desfaz a magia do convencimento, a magia da sedução.

---

<sup>8</sup> FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 1994.